



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021 DO  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

**EMPRESA RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.813.838/0001-79, com sede na Rua Conceição Teodoro nº 205, loja, Bairro Nazaré – Belo Horizonte/MG, Cep. 310990-060, representada neste ato por seu representante legal o Sr. RAFAEL JONAS DE SOUZA PENA, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.474.369 SSP/MG e CPF nº 014.265.356-00, residente e domiciliado na Rua Veneza , nº 38 Bairro Jardim Belmonte, nesta cidade de Belo Horizonte/MG, CEP, 31990-440, com fundamento no **Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993 e item 27.1 do termo de referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2021** , interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

### **DA TEMPESTIVIDADE**

O item 27.1 do Edital em epígrafe informa que qualquer licitante poderá impugnar instrumento convocatório até 3 (três) dias úteis antes da Sessão de Lance. A sessão de Lances está marcada para o dia 19/03/2021. Portanto o prazo final para recurso é 14/04/2021. Assim o presente recurso é tempestivo.

### **PREÂMBULO**

A licitação em discussão traz cláusulas que, por apresentarem vícios, comprometem a disputa, trazendo prejuízos não só aos licitantes, como ao próprio Órgão. Vícios estes que criam óbice à realização da disputa, por que deixa de estabelecer critérios essenciais de qualificação,

**RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**  
CNPJ 09.813.838/0001-79

Rua Conceição Teodoro nº 205 – Loja - Bairro Nazaré em Belo Horizonte- MG, CEP nº 31.990-060.  
TELEFONE: (31) 3273-2569 Sites: [www.rpemp.com.br](http://www.rpemp.com.br) e-mail: [rpe@rpemp.com.br](mailto:rpe@rpemp.com.br)



ferindo dispositivos legais que regem o processo licitatório, sobre os quais discorreremos a seguir.

## **DO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para o fornecimento de Nutrição e Alimentação destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de referência – Anexo I deste edital.

## **DO DIREITO**

O procedimento licitatório é um meio para Administração Pública escolher a melhor proposta, garantir a isonomia e o desenvolvimento nacional sustentável. Todo o arcabouço jurídico da Lei Geral de Licitações e das demais normas vão no sentido de fazer a Administração Pública escolher a proposta que trará o melhor retorno, dar iguais condições aos licitantes para evitar apadrinhamentos político.

A Lei Geral de Licitação arrola taxativamente quais são as hipóteses de qualificação técnica legais. Dispõe o art. 30:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação,

**RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**  
**CNPJ 09.813.838/0001-79**

**Rua Conceição Teodoro nº 205 – Loja - Bairro Nazaré em Belo Horizonte- MG, CEP nº 31.990-060.**  
**TELEFONE: (31) 3273-2569 Sites: [www.rpemp.com.br](http://www.rpemp.com.br) e-mail: [rpe@rpemp.com.br](mailto:rpe@rpemp.com.br)**

bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Ressalta-se que essa lista é taxativa, o administrador público não tem discricionariedade para exigir qualquer coisa além do rol taxativo da lei. Caso insira, estará tomando uma atitude ilegal.

No caso em tela é exigido os seguintes itens na qualificação técnica:

21.4 Deverá apresentar documento devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante, declarando a existência de cozinha industrial.

21.5 A Secretaria Municipal de Saúde, em face da declaração exigida no subitem, poderá verificar, in loco, através de uma Equipe Técnica de Apoio ao Pregoeiro constituída para esse fim específico, se as informações concernentes à existência da cozinha industrial, conforme encontra-se consignada na mencionada declaração, atende ao objeto do presente termo de referência.

É claro que tais itens não estão previstos no art. 30 da Lei Geral de Licitações, e, portanto, não podem ser exigidos em um certame licitatório. Salienta-se também que não existe lei especial sobre o tema que discorra sobre esse assunto.

A exigência de cozinha industrial é descabida e afeta enormemente o processo licitatório, uma vez que privilegia empresas que já possuem cozinha instalada. A capacidade técnica da empresa em aferir resultados deve ser observado através de atestados de capacidade técnica conforme o art. 30, inc. II da Lei Geral de Licitações e o item 21.3 do aludido edital.



Observa-se que além de violar a norma- regra prevista no art. 30 da Lei Geral de Licitações, a exigência de cozinha industrial viola a norma-princípio da Ampla Participação e da Seleção mais vantajosa, já que impede do licitante participar e por conseguinte impossibilita da Administração ter uma proposta melhor aos seus interesses.

Diante de tal cenário é impreterível a modificação do Edital 15/2021 para excluir tais exigências que não se adequam as regras e nem aos princípios do procedimento licitatório.

### **DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, restou demonstrada a imperiosa necessidade de se reformular o certame licitatório em análise, tendo em vista portar manifesta ilegalidade. Considerando que o prazo legal foi respeitado, requer-se seja a presente impugnação conhecida e provida, para, ao final, processar-se a competente alteração dos termos do ato convocatório, a fim de evitar que a competitividade seja restringida, bem assim para fazer valer os termos da Lei Federal no 8.666/93.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2021.

---

**RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**  
CNPJ 09.813.838/0001-79

Rua Conceição Teodoro nº 205 – Loja - Bairro Nazaré em Belo Horizonte- MG, CEP nº 31.990-060.  
TELEFONE: (31) 3273-2569 Sites: [www.rpemp.com.br](http://www.rpemp.com.br) e-mail: [rpe@rpemp.com.br](mailto:rpe@rpemp.com.br)